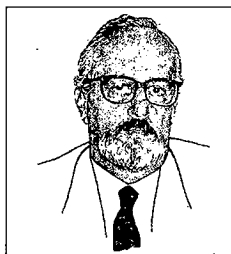


CARLOS GUILHERME MOTA

A diminuição da História

"... suas orientações vão sendo universalizadas, com receituário único, independentes da história, cultura e condições de infra-estrutura de cada um desses países"...

Mirian Jorge Warde e Sérgio Haddad,
na apresentação de
O Banco Mundial e as Políticas Educacionais (1996)



Nossos gestores educacionais precisam voltar à escola e frequentar o mundo real

A filosofia da educação que preside as atuais mudanças no sistema educacional brasileiro – e paulista – vai se revelando aos poucos. Sua pedra de toque é o ajustamento do sistema para se criar um “novo homem”, que seja “um trabalhador rápido, eficiente e adaptado à vida competitiva do mercado”. Essa advertência surge num documento recente, sereno e bem redigido por professores e historiadores do núcleo regional de São Paulo da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, associação criada no início dos anos 60 por antigos mestres, que mantêm a seriedade e a responsabilidade que o momento requer.

A diminuição da carga horária semanal de História – e, como se não bastasse, também de Geografia – nas escolas da rede pública, decidida pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo no início deste ano letivo, surge como um perigoso sinal dos tempos sombrios com que nos acena o governo do Estado. Paradoxal é que se trata de um governo que tem tudo para liderar um processo nacional de democratização do ensino com qualidade, abrangente, crítico e bem pago. Um governo que já teve à frente figuras como as dos professores Carlos Alberto de Carvalho Pinto, do Mackenzie, e André Franco Montoro, da PUC-SP, responsáveis também pela criação de melhores condições

para a pesquisa e para a universidade. Quem não sabe que, apesar de tudo, a Fapesp continua sendo um paradigma nacional, criada no tempo de Carvalho Pinto? E quem não percebe hoje que a universidade paulista assistiu, após a última ditadura, a seu melhor momento sob o governo Montoro – e vive, hoje, dias de desencanto e agonia?

O pior é que tal medida contra os professores de História e de Geografia, disciplinas-pilares de uma formação democrática, se conjuga com a implantação, em universidades privadas – com a aquiescência do Ministério da Educação –, das chamadas “plenificações”. “Plenificações” que constituem um barateamento do ensino, no pior sentido, e permitem aos institutos de educação superior a aplicação de programas de “formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica”. Com essa medida se liquida can-

didamente a idéia da vinculação entre o ensino e a pesquisa na formação de profissionais, criando-se a singela figura do anônimo e “democrático” repassador de informação, porém sem formação.

Tem-se aí um exemplo de como estão sendo desqualificados muitos profissionais com formação em Ciências Humanas, sendo levados até mesmo ao desespero ou à desesperança, perdendo aulas e assistindo à abertura do caminho para a reintrodução de uma panacéia parecida com os Estudos Sociais da época da ditadura, em nome da tal flexibilização profissional.

Três objeções devem ser feitas, direta e frontalmente, aos responsáveis pela atual política educacional neste Estado (e neste país).

Em primeiro lugar, não é diminuindo a carga horária de matérias como História e Geografia, nem de nenhuma outra disciplina, que se reduzem custos do Estado. É de imaginar que nem mesmo os neoliberais assumidos toleram esse estratagema primário. Ou será necessário relembrar a importância antiga dos estudos históricos para a formação da cidadania, numa quadra em que ela corre riscos inimaginados? Parece chegada a hora

de as lideranças educacionais releverem as obras e os projetos de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira (“Que classe, que elite dirige o desenvolvimento? Com que propósito o dirige? Em que velocidade o quer fazer marchar?”), para retomarem a discussão a sério dos nossos problemas educacionais e voltarem à antiga idéia de formação, não abandonada em países centrais. São Paulo, lembre-se, não é Hong Kong nem Miami.

Em segundo, notar que, da época da abertura política até nossos dias, surgiu no cenário nacional uma nova e vigilante sociedade civil, que não tolera “experts” em educação ditando regras “flexibilizadoras” de cima para baixo para servir a uma indecifrada globalização. Há que consultar associações desses profissionais que labutam e mantêm (ou mantinham) viva a chama de um ensino democratizante com qualidade.

Em terceiro, perceber que, agindo dessa forma, se está enfraquecendo a periferia, onde o Brasil continua situado, conforme advertência dos geógrafos – enquanto isso, nos países centrais, as políticas educacionais refortalecem os sistemas de ensino, aprimorando a pesquisa, a universidade e... até criando novos centros de estudos brasileiros.

O ministro da Educação, Paulo Renato, que conviveu com grupos de financiamento em Washington, não desconhece isso. Ou desconhece?

A hora é de crise e, para entendê-la, há necessidade de nossos gestores educacionais descenderem de seus carros oficiais, voltarem à escola e frequentarem o mundo real. Pois esse tipo de “educação a distância” não está dando certo, está na contramão e pode ter consequências histórico-culturais irreparáveis.



■ Carlos Guilherme Mota, historiador, professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP, coordenador do Programa de Educação na pós-graduação da Universidade Mackenzie, é membro do Advisory Board do Programa de Estudos Latino-Americanos da Princeton University